



APERS? Presente, professor!

Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas

A Luta por Memória, Verdade e Justiça



**Resistência à Ditadura Civil-Militar,
das fontes arquivísticas para a sala de aula,
50 anos depois.**

**Arquivo público do Rio Grande do Sul
Divisão de Pesquisa e de Projetos
Difusão Educativa Virtual
Projeto APERS? Presente, professor!
Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas**

A Luta por Memória, Verdade e Justiça

**Resistência à Ditadura Civil-Militar,
das fontes arquivísticas para a sala de aula,
50 anos depois.**

**Nôva Brando – Historiadora APERS
nova-brando@sarh.rs.gov.br
Clarice Hausen – Estagiária APERS/História
clarice-hausein@sarh.rs.gov.br**

Porto Alegre, dezembro de 2014



O APERS está presente professor!!! Apresentação do Projeto

Professora e professor, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na figura do projeto **APERS? Presente, professor!** pede licença para fazer parte do seu planejamento de aula e para entrar na sua classe. Queremos compartilhar conhecimentos com vocês, disponibilizar importantes informações guardadas nas estantes dessa Instituição e compartilhar, nas suas salas de aulas, um pouco da aventura que é a construção do conhecimento histórico a partir dos vestígios deixados pelos homens e mulheres do passado.

Fazemos parte de uma instituição centenária que tem como funções elaborar, coordenar e implementar a gestão documental no âmbito da Administração Pública Estadual; desenvolver ações, projetos e programas de incentivo à pesquisa a partir da criação de instrumentos de pesquisa e de meios de busca que facilitem o trabalho dos pesquisadores; bem como prover a difusão dos seus acervos por meio de eventos e ações culturais e educativas. Dentre as ações educativas, o APERS, em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolve um Programa de Educação Patrimonial que aproxima a educação básica e superior do mundo dos arquivos, das fontes arquivísticas e da discussão a respeito do patrimônio. De modo geral, todas as ações são desenvolvidas dentro da própria instituição, sejam elas as oficinas de educação patrimonial, sejam os diversos cursos destinados aos professores e aos estudantes de licenciaturas.

Com intenção de darmos continuidade e de estendermos essa aproximação, elaboramos o projeto **APERS? Presente, professor!**, que tem como objetivo levar um pouco do Arquivo Público até sua escola. Podemos entrar, e compartilhar da construção de novos conhecimentos, na sua escola e na sua sala de aula?

O APERS? Presente, professor! se compromete a trazer consigo, propostas de trabalho para a sala de aula a partir de fontes arquivísticas salvaguardadas nessa instituição e por outras fontes primárias que venham a ser compartilhados pela comunidade que se utiliza dos serviços do Arquivo.

Essas propostas pedagógicas serão disponibilizadas virtualmente no Blog do Arquivo, sempre em formato PDF, para que você, professora e professor, possa imprimir-la e incorporá-la ao planejamento de suas aulas, conforme seu objetivo e segundo os interesses específicos dos contextos nos quais se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de suas turmas.

Professor, nossa mochila está cheia de ideias e estamos ansiosos por esse momento de compartilhamento e de construção de conhecimentos!

Equipe do Projeto APERS? Presente, professor!

O APERS, a Educação Básica e a Construção de Conhecimento Introdução ao Projeto

A relação entre o Arquivo Público e a educação básica surgiu em 2002 dentro do Projeto “Por dentro do Arquivo”, quando foi construída a primeira oficina para estudantes do Ensino Fundamental. Passados alguns anos, no final de 2008, o APERS e a UFRGS firmaram uma parceria para promoção de ações na área de Educação Patrimonial que atendesse tanto às escolas quanto aos graduandos do Curso de História. Em abril de 2009 foi lançada a oficina *Os Tesouros da Família Arquivo*, voltada aos estudantes do sexto e do sétimo anos do Ensino Fundamental, cujo tema escravidão e luta por liberdade no Brasil tem sido abordado a partir de documentos do acervo que registram a vida de sujeitos que foram escravizados. E logo na sequência, em 2010, foi construída a oficina *Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia*, para atender aos alunos do oitavo e nono anos do Ensino Fundamental. Nessa oficina a proposta tem sido discutir o ofício do historiador e a produção do conhecimento histórico a partir de diferentes tipos de documentos do acervo.

As ações voltadas para a educação básica, dentro do Programa de Educação Patrimonial, não pararam por aí. Em 2011 e 2012 foi elaborado e oferecido para professores o curso *Educação Patrimonial e Cidadania*. Na edição do ano de 2013 foi incorporado a sua temática as discussões relativas à Ditadura e aos Direitos Humanos. Também nesse ano, foi construída mais uma oficina de Educação Patrimonial, *Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos*, oferecida para os alunos do Ensino Médio a partir de processos de indenização de ex-presos políticos salvaguardados pelo Arquivo.

Além da Educação Patrimonial, o Arquivo também tem elaborado conteúdos educativos, via ação educativa virtual, que são compartilhados em nossas mídias. Em 2012 foi postado no Blog Institucional um conjunto de publicações chamado de *Aplicando a Lei 10.639*, que mensalmente discutiu possibilidades de trabalhos sobre história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Em 2014 a proposta ampliou-se e passou a ser denominada *Arquivos e Diversidade Étnica*, seus temas versarão sobre diversidade étnica no Brasil na perspectiva das múltiplas possibilidades de utilização de documentos de arquivos nos processos de ensino aprendizagem.

Foi essa trajetória, evidenciada por uma série de ações já desenvolvidas e em desenvolvimento no campo da Difusão Cultural e o interesse de estreitar cada vez mais os laços entre os trabalhos desenvolvidos pelo Arquivo e a educação básica, que possibilitou a construção do Projeto “APERS? Presente, professor! – Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas”.

O objetivo do projeto é elaborar e disponibilizar virtualmente, propostas pedagógicas organizadas em três grandes eixos temáticos: (1) Ditadura Civil-militar no Brasil; (2) Escravidão no Brasil; e (3) Temas transversais. O conjunto de publicações do primeiro eixo denomina-se **A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois.**

O segundo conjunto de publicações, do eixo dois, chama-se **Cativeiro e Resistência – A escravidão negra no Rio Grande do Sul a partir de fontes arquivísticas**. E o conjunto de publicações do terceiro eixo recebe o nome de **A Transversalidade nas Fontes – diversificadas fontes arquivísticas para diferentes trabalhos pedagógicos**.

Para a construção das propostas serão utilizados documentos de diversos acervos custodiados pelo Arquivo. Mais adiante, serão encontradas informações genéricas sobre cada acervo utilizado e informações específicas sobre o documento selecionado para o trabalho pedagógico.

As fontes primárias, para além da Educação Patrimonial, tem se transformado em material frequente nos planos de aula. Segundo Pereira e Seffner (2008), pesquisadores da área de ensino de história, elementos que compõem e que são responsáveis por aquilo que se denominou por “Revolução Documental” na História, também passaram a frequentar as salas de aula da educação básica. Invasa por novas questões, novos problemas, também as aulas de história passaram a pensar a matéria-prima do historiador, os vestígios do passado, conforme salienta Nilton e Fernando (2008, p. 114) quando tratam da

incorporação, por parte da sala de aula, de um dos fenômenos mais importantes da historiografia contemporânea, a chamada “revolução documental”. [...] Assim, nossa preocupação é discutir como a história ensinada pode inserir-se no movimento da “crítica ao documento”; é pensar e propor alternativas pedagógicas que incluam a possibilidade de usar, no cotidiano da sala de aula de história do ensino fundamental e médio, as mesmas fontes com as quais os pesquisadores criam relatos sobre o passado.

E é nessa perspectiva que propomos inserir o desenvolvimento desse projeto. Pretendemos construir propostas pedagógicas que contribuam para o planejamento de um professor que objetive, para sua aula de História, ensinar a ler o passado por meio das representações produzidas pelas gerações passadas (Pereira e Seffner, 2008). Aproveitando o potencial de diálogo com a comunidade acadêmica e escolar construído por essa instituição, o projeto **APERS? Presente, Professor!** se propõe a entrar na disputa por um passado sempre reconstruído em meio a relações de poder, como nos lembram Nilton e Seffner (2008, p. 116)

o que os historiadores têm a sua disposição não é o passado, mas apenas uma seleção efetuada no interior de jogos de forças, sempre atualizados pelas gerações que nos precederam e, ainda, pelas circunstâncias do presente. Ou seja, o que sobrevive do passado, como diz Le Goff, é “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

O Projeto tem como objetivo auxiliar o professor na busca por outros materiais que não estejam contemplados nos livros didáticos, muitas vezes o único material na escola disponível para o desenvolvimento do seu trabalho. Conforme defende Seffner (2013, p.40) a

Diversidade de fontes e de atividades são critérios importantes, o uso de várias fontes – históricas, geográficas, literárias, imagens, etc. - valoriza o trabalho. O aluno precisa perceber que o professor organiza o trabalho a partir de várias fontes: consulta um atlas, lê uma carta, mostra uma gravura, lê um trecho de livro didático, passa um vídeo, sugere um sítio na internet, faz com que os alunos escutem uma música, leva a turma em uma visita a determinado local, traz jornais, manda que vejam um programa de TV, etc.

Coube ao Arquivo sugerir fontes arquivísticas. Isso não descarta a possibilidade de que o professor encontre outras fontes primárias dentro das propostas. Cada uma delas conta com indicações metodológicas para professor, texto didático-pedagógico para o aluno, fonte arquivística digitalizada, propostas de atividades a partir do texto e da fonte. Tentamos privilegiar a possibilidade de que o aluno realize um registro autoral como forma de conclusão de cada atividade. Segundo Fernando (2013), seria importante que o professor exigisse, nesse momento, que os alunos estabelecessem uma conexão entre as fontes, os textos e as discussões realizadas na aula, que sempre fosse desafiado a ir além de uma opinião pessoal sobre o assunto.

Ressaltamos, no entanto, que entendemos nosso trabalho exatamente como uma proposta, cabendo ao professor o uso de sua total autonomia para avaliá-la, modificá-la e trabalhá-la em aula conforme seus princípios político-pedagógicos e seus métodos didáticos.

E que no final, queremos participar, nas salas de aula, a partir de uma seleção de documentos, da construção de uma memória e de uma história que valorize a vida das pessoas comuns – sujeitos históricos que resistiram à múltiplas adversidades de seus contextos – da luta por liberdade e igualdade em última instância. Que queremos ajudar na formação de um aluno que “tenha capacidade de pensar historicamente, bem como de fazer um raciocínio histórico sobre as situações da atualidade” (Seffner, 2013, p.32) e que seja capaz de construir conhecimentos emancipatórios.

A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois. **Apresentação do Eixo Temático**

As propostas inseridas dentro do primeiro eixo temático, que discute a Ditadura Civil-militar, estão organizadas em um conjunto de publicações denominadas de **A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois.**

Para construí-las, a equipe do projeto utilizou como fonte o Acervo da Comissão Especial de Indenização composto por processos de indenização de presos políticos do período da Ditadura.

Cada uma dessas publicações foi elaborada a partir de olhares mais específicos dentro do contexto geral da resistência à Ditadura. A primeira delas recebeu o nome de **Os anos de chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul** que propõe uma problematização acerca das ações armadas e da repressão estatal levada a cabo no Rio Grande do Sul. Na segunda publicação, **A Ditadura vista do lado de lá da fronteira: o mundo do exílio**, as discussões ficam centradas nas histórias de sujeitos que foram obrigados a sair do país, seja pelo processo de banimento efetuado oficialmente pelo estado ou seja pela fuga como última garantia de sobrevivência, por conta do cerceamento das liberdades individuais e coletivas. Na terceira, **Conexões Repressivas e Redes de Solidariedade: repressão e resistência nas ditaduras do Cone Sul**, a proposta ocorre por meio de reflexões acerca dos diálogos travados em uma América do Sul sitiada e ocupado por civis e militares que se propuseram a levar adiante ditaduras de segurança nacional.

Nossa quarta proposta, **Esquemas Repressivos e Tortura**, preocupamo-nos em apresentar e propor um trabalho acerca dos diversos locais de prisão onde presos políticos foram torturados nesse período no estado do Rio Grande do Sul. Na quinta publicação desse eixo, **O Fim da Ditadura: anistia e abertura política**, levantamos algumas questões sobre os períodos finais da Ditadura e as características da transição para a Democracia. Na sexta, **Permanências e Rupturas: a Redemocratização**, trabalhamos com a proposta de evidenciar novos atores, novos movimentos sociais, novas bandeiras surgidas a partir das lutas travadas durante a Ditadura. Nas duas últimas publicações do primeiro eixo temático **Democracia e Justiça de Transição: permanências e rupturas** e **A luta por memória, verdade e Justiça – a resistência continua**, propomos um debate sobre a permanente construção da democracia no Brasil e sobre a necessária construção de uma cultura dos Direitos Humanos.

Já adiantamos que a lacuna nas propostas sobre o período que antecedeu e que sucedeu imediatamente o Golpe de 1964 não ocorreu por esquecimento ou por análise valorativa das temáticas. Consideramos o período da Legalidade, as lutas em torno das Reformas de Base, o Golpe, a organização do PTB e do Grupo dos Onze e a repressão sobre eles logo no início da implantação da Ditadura de extrema importância para a história do nosso estado, do país e para a história daquelas pessoas e grupos que foram atingidos imediatamente pelo poder opressor dos militares. No entanto, o calendário de propostas do **Projeto APERS? Presente, professor!** foi adequado ao calendário de produções do **Blog Temático Resistência**

em Arquivo cujos conteúdos, de forma cronológica, começaram a ser produzidos em março do ano de 2013. Para acompanhar o calendário e contribuir com os conteúdos compartilhados por mais essa mídia do Arquivo Público do RS, que se propõe a discutir especificamente a temática da Ditadura e do Ensino da Ditadura, optamos por nessa primeira edição do projeto excluir das propostas assuntos específicos de períodos anteriores a promulgação do Ato Institucional N° 5 em 1968. De qualquer forma, ainda aparecerão referências aos períodos anteriores nessas propostas e, com certeza, esse primeiro período será privilegiado em uma próxima edição do projeto.

Esperamos que a temática do eixo e seus assuntos específicos promovam importantes discussões e que auxiliem no desenvolvimento de importantes competências e habilidades junto aos alunos; que a partir das fontes arquivísticas, de outras fontes incorporadas nas propostas, das atividades e leituras sugeridas, ocorram aprendizagens significativas.

As fontes e as propostas pedagógicas

A temática das Ditaduras de Segurança Nacional, especialmente a Ditadura Civil-militar brasileira, transformou-se em um dos campos historiográficos que mais avanços apresentaram no que diz respeito ao desenvolvimento e produção de pesquisa na última década. Por outro ângulo, também passou a ocupar os espaços de debate público. Imprensa, Estado, organizações de Direitos Humanos passaram a se debruçar sobre pautas que envolvem o período da ditadura, desde a abertura dos arquivos até a efetivação de uma justiça que julgue e condene os crimes cometidos na lógica do terrorismo de estado.

Com a entrada em vigor da *Lei de Acesso à Informação* e dos trabalhos desenvolvidos pela *Comissão Nacional da Verdade*, as discussões acerca da identificação, da preservação, e do acesso à documentação de valor histórico cujos conteúdos remetem a violações dos Direitos Humanos, colocaram os trabalhos dos arquivos públicos na agenda do Estado e da sociedade civil. Ao APERS, como a outras instituições, coube a reflexão acerca do debate e posicionamento quanto ao trabalho para viabilização dos acervos custodiados pela instituição que dizem respeito ao tema.

No caso do APERS, referimo-nos ao Acervo que será utilizado para a construção das propostas pedagógicas da Ação I. Recebeu o nome de Acervo da Comissão Especial de Indenização e resultou do trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Indenização criada pela Lei 11.042 de 1997. Essa lei reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande Sul pelos danos físicos e psicológicos causados às pessoas presas por motivos políticos em instituições e órgãos públicos estaduais, ou com a ajuda de seus agentes, entre os anos de 1961 e 1979, e normatizou a concessão de indenizações aos ex-presos ou a seus familiares. Para a operacionalização das solicitações e para a concessão das indenizações propostas pela legislação foi instaurada essa comissão. Do seu trabalho, resultaram 1704 processos administrativos de indenização e 231 processos de antecedentes políticos, documentos que hoje compõem o Acervo da Comissão especial de Indenização, de origem da Secretaria de Segurança Pública, recolhido e salvaguardado no APERS desde 2009.

Tais processos são formados por variados documentos, caracterizados por aquilo que poderíamos denominar de dossiês, construído pelo próprio requerente. O pedido de indenização era oficializado através de preenchimento de formulário padronizado, no qual o requerente expunha informações acerca da sua prisão. Nesse formulário eram solicitados dados a respeito do período e local de prisão, vinculação política, confirmação ou não de maus-tratos sofridos pela vítima. Era de responsabilidade do requerente anexar toda e qualquer documentação que julgasse conveniente e a qual pudesse ser utilizada como dado comprobatório da sua prisão por motivos políticos. Além da documentação padrão solicitada pela Comissão, poderiam compor o processo, certidões expedidas por órgãos públicos, cópias de inquéritos policiais e militares, documentos produzidos pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), jornais, revistas, fotografias, correspondências, cópias de livros memorialísticos, laudos médicos, pareceres psiquiátricos, declarações de testemunhas e um memorial escrito pelo requerente.

Por sua composição, ainda que esses dossiês pessoais não sejam produções da repressão ou da resistência no momento da Ditadura, julgamos neles estarem contidos documentos e materiais produzidos por ambos.

Partindo do princípio da crítica às fontes, podemos perceber neles, uma espécie de dossiês no qual diversas versões estão disponíveis para o pesquisador e para o professor que pretendam construir importantes conhecimentos acerca desse período em nosso estado e no país. Para as salas de aula, especificamente, tratam-se de documentos riquíssimos para trabalhar com a temática da construção do conhecimento, visto que dentro do processo encontramos diferentes versões e vozes descrevendo uma mesma situação – ótima oportunidade para a discussão acerca de temas como “verdade histórica”, por exemplo.

Nas propostas serão encontrados recortes dos processos, uma escolha pedagógica da equipe. Selecionamos as partes do processo que acreditamos que darão conta das atividades. Entretanto, o professor encontrará uma cópia em PDF do processo completo, anexa a publicação da proposta, caso queira trabalhar com outras partes do documento.

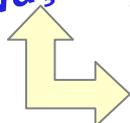
Para essa publicação que abordará o direito à memória, à verdade e à justiça, escolhemos o processo de Jorge Fischer Nunes. Nascido no ano de 1935 na cidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul foi preso logo após o Golpe, passando por várias instituições até o ano de 1973. Dentre elas, esteve na Polícia do Exército, na Penitenciária Estadual, no DOPS, na Ilha do Presídio, no 3º Grupo de Obuzes, no 6º Batalhão de Engenharia e na Penitenciária do Jacuí. Envolveu-se com a luta armada quando formou com outros companheiros o grupo M3G- Mao, Marighella e Guevara. Segundo informações da 1ª Auditoria da 3ª CJM de 1970, participou de várias ações que foram consideradas como atentados contra a segurança nacional. Relatos sobre sua atuação política e sobre suas prisões compõem o livro que escrevera em 1982, “O Riso dos Torturadores”, que abrange o período de 1953 a 1971. Faleceu em 1987. Seus familiares receberam indenização do Estado do Rio Grande do Sul em 1998.

Para compreender parte da história desse período e para tentar escrever a história desse personagem a partir dessas fontes, o professor encontrará na sequência algumas sugestões metodológicas para o desenvolvimento da proposta, que pode ser adaptada e reformulada conforme seus interesses político-pedagógicos. E para o aluno, encontrará: (1) um texto didático; (2) recortes do processo de Jorge Fischer Nunes; (3) Atividade 1 – Jogo das Memórias (4) Atividade 2 – o Direito à Memória, à Verdade e à Justiça: o que Fischer Nunes tem a ver com isso?

Sugestões Metodológicas

Assunto	Memória, Verdade e Justiça
Série/Ano	1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio
Carga Horária	Cinco Períodos
Objetivos	Auxiliar na compreensão de que a memória, a verdade e a justiça são direitos que devem ser reconhecidos e garantido a qualquer cidadão que vivem em uma democracia.
Conceitos	Democracia, ditadura, direito à memória, direito à verdade e direito à justiça
Materiais Pedagógicos	Texto pedagógico; seleção de partes do Processo de Indenização; atividades;
Proposta Metodológica	1º) Leitura e discussão do texto; 2º) Discussão sobre as possibilidades de estudar a temática a partir de um processo; 3º) Explorar as partes do processo de Jorge Fischer Nunes; 4º) Atividade 1 – O Jogo das Memórias; 6º) Atividade 2 – O Direito à Memória, à Verdade e à Justiça: o que Fischer Nunes tem a ver com isso?
Habilidades desenvolvidas	Leitura e escrita; aprendizagens conceituais;
Recursos Materiais	Cópias do material pedagógico; internet.

Observação



Para o Jogo das Memórias, o professor deve imprimir fazer duas cópias de cada página, recortar as figuras, dobrá-las (formando imagem frente-verso) e revesti-la de papel contact. Sugerimos que cada grupo de quatro alunos fique um jogo.

Materiais Didático-pedagógicos

- **Texto Didático;**
- **Fonte arquivística digitalizada e comentada;**
- **Proposta de Atividade**



O Golpe Militar e a implantação de uma Ditadura Civil-Militar no Brasil aconteceu no ano de 1964. De lá até o ano de 1968, existiram algumas possibilidades, ainda que controlada, de enfrentamento ao poder por meio da ocupação do espaço parlamentar e outras formas de manifestação. Com a instauração do Ato Institucional Número Cinco (AI-5) - que atribuiu ao regime poderes absolutos, recesso do Congresso Nacional, subordinação do Poder

Judiciário, intervenção em estados e municípios, suspensão de direitos políticos e de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, cassação de mandatos, proibição de manifestações políticas, cerceamento das práticas sindicais, recrudescimento da censura - essas possibilidades se encerraram.

Daí por diante, qualquer luta, manifestação ou pauta de enfrentamento à Ditadura foram proibidas e rigorosamente combatidas tanto pelo aparato "legal" construído pelos militares, quanto pelas ações "ilegais" praticadas nos porões dos órgãos de repressão como, por exemplo, a tortura.

Após um longo período de repressão e de graves violações aos direitos humanos, a transição da ditadura para a democracia, ao mesmo tempo que foi pressionada por amplos setores da população, foi controlada pelos militares e pelos grupos identificados com o projeto por eles defendido. Dessa forma, as reivindicações apontadas durante o período da redemocratização tiveram que ser negociadas e conciliadas aos interesses dos militares e daqueles que apoiaram a ditadura. Foi assim com a aprovação da Lei da Anistia. Da luta para que fosse "ampla, geral e irrestrita", restou a possibilidade de que por meio dela voltassem ao Brasil os exilados, de que pessoas saíssem da clandestinidade e retomassem suas vidas públicas e de que muito presos saíssem da prisão (lembrando que nem todos os presos foram beneficiados por ela).

Nela não foram previstas, no entanto, modificações necessárias ao aparelho do estado, sobretudo nas instituições ligadas à inteligência e à repressão. Nela não constou políticas de transição que dessem conta de informar à população sobre todas as ações do Estado e que possibilitassem a punição daqueles que cometeram crimes como torturas, assassinatos e ocultação de cadáver, por exemplo.

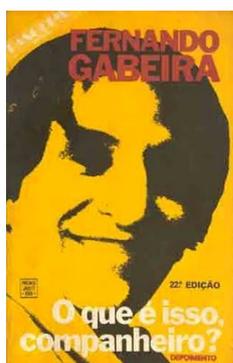
Aquilo que se denomina como Justiça de Transição, muito pouco existiu na transição da Ditadura Civil-Militar Brasileira para a nossa recente democracia. A busca pela verdade, a implementação de reformas institucionais, a garantia de reparações, a formulação de políticas de reconciliação e punição de agentes envolvidos com torturas e assassinatos foram as situações presentes em momentos posteriores aos períodos de conflitos e de violações sistemáticas aos direitos humanos em diferentes lugares e contextos históricos. Entretanto, no Brasil, foi compreendida, durante muito tempo, como uma necessidade de esquecimento de modo a restaurar a paz, sepultando com isso parte das memórias do período.



No entanto, lutas, em resposta ao silêncio institucional, foram construídas no sentido da necessidade de conhecer e de julgar agentes do Estado responsáveis por graves violações aos Direitos Humanos, de modo a romper com um passado de impunidade e de negligência. Em muitos países, essas lutas levaram a criação de Comissões da Verdade, órgãos responsáveis por investigar e tornar conhecido um passado de violência, para que a partir disso, a justiça seguisse com suas responsabilidades nos enquadramentos dos perpetradores de violações aos Direitos Humanos.

Muitos foram os empenhados na construção de uma memória do período, na briga contra uma política e cultura do esquecimento. Ex-presos políticos, de diversas formas, atuaram em diferentes frentes cujo objetivo fosse trazer à tona os acontecimentos do período. Tornar público esse passado de horror foi a bandeira de luta para homens e mulheres que sofreram as mais diferentes violações.

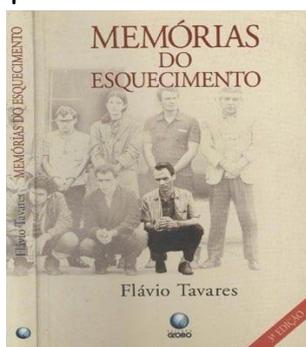
Em uma dessas frentes, encontramos o relato e o testemunho como formas privilegiadas de rememorações. Hoje temos muitos testemunhos e relatos orais. Do final da ditadura até agora, contamos também com muitos registros memorialísticos escritos. Em um de seus formatos, encontramos os livros de memória.



Abaixo temos alguns exemplos de livros de memória. O primeiro deles é *Batismo de Sangue* de Frei Betto. Nele o autor compartilha informações sobre a morte de Carlos Marighella, um dos homens mais perseguidos pela ditadura, e sobre a atuação dos frades dominicanos na resistência à ditadura. Em outro livro, *O que é isso, Companheiro?*, Fernando Gabeira problematiza de forma bastante crítica as experiências vividas durante sua organização clandestina na luta armada, o período de prisão, a tortura e o exílio.



Em *Tempo de Cárcere*, Eloy Martins, militante do Partido Comunista Brasileiro, escreve sobre suas experiências durante o período de clandestinidade e de prisão.



Como último exemplo de livro de memória para esse texto introdutório, apontamos *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares. Nele o autor relembra da saída de João Goulart e o início da ditadura pela qual sofreu na pele todos os tipos de repressão, tais como prisão, tortura, sequestro e exílio.



A partir desses exemplos, convidamos vocês a conhecer outras memórias, a partir de um processo no qual um ex-presos político foi indenizado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Um dos documentos anexados ao pedido de indenização feitos pela família, foi um livro de memória escrito por ele. Nessa documentação encontraremos muitos elementos para discutirmos aspectos do direito à memória, à verdade e à justiça.

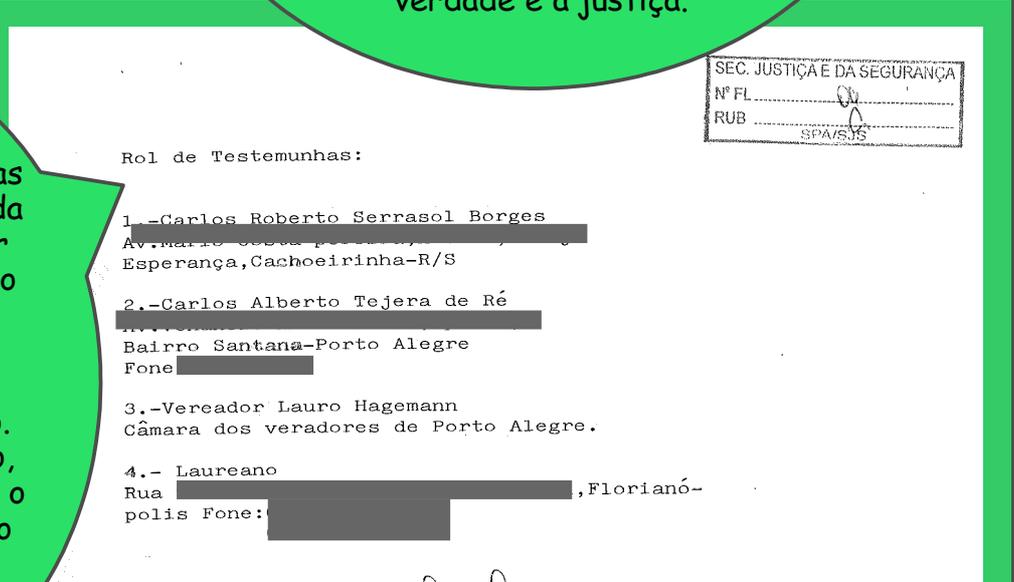
Ficaram curiosos??? Então vamos conhecer mais um personagem que lutou contra a ditadura!!!!

A partir de agora, vamos entrar em contato com algumas partes do processo de Jorge Fischer Nunes. Sua história nos auxiliará na reflexão acerca da importância da memória. Vamos conhecer?

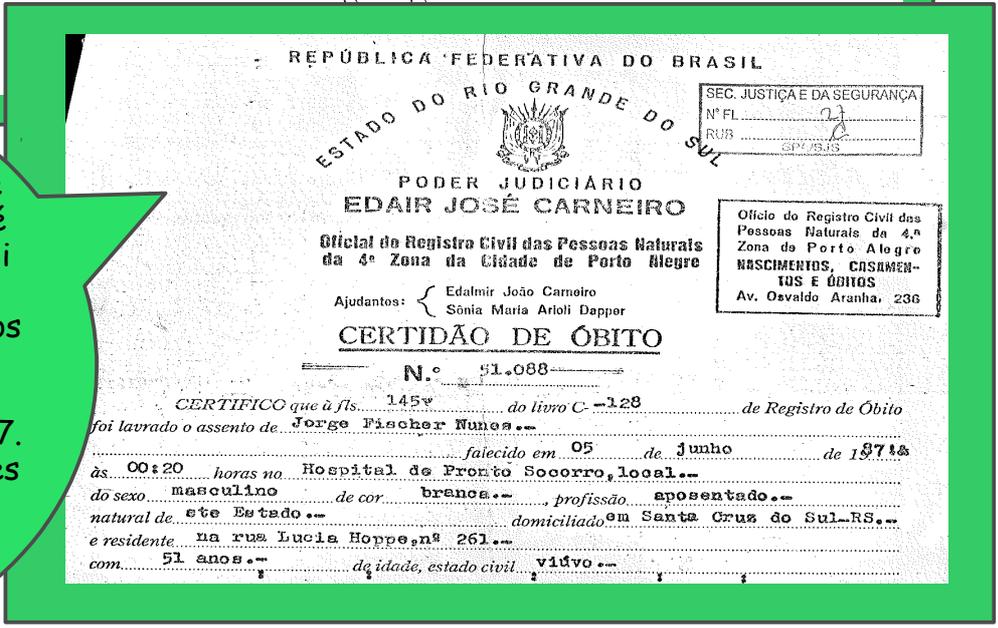


Essa é a capa do processo de indenização de Jorge Fischer Nunes. Sua história foi reconhecida pela Lei Estadual, na qual o Estado do Rio Grande do Sul se responsabilizou pelos danos físicos e psicológicos causados aos presos políticos nos anos de 1961 a 1979, e foi indenizado no ano de 1998. Ao longo dos conteúdos encontrados nesse processo, vamos discutir um pouco sobre o direito à memória, à verdade e à justiça.

Estes nomes, identificados ao lado, foram apontados como as possíveis testemunhas da resistência travada por Jorge durante o período da ditadura e da repressão sofrida por conta de seu posicionamento político. Desse pequeno registro, poderíamos pensar: qual o valor de um testemunho para a justiça e qual o valor de um testemunho para a história???



Nesse outro documento, o que descobrimos da história de Nunes???. Que documento é esse???. Em qual ano ele foi produzido???. Qual é o seu conteúdo???. Por ele, sabemos que não foi Fischer quem acessou a Lei Estadual em 1998, já que faleceu em 1987. Ainda assim, temos condições de entrar em contato com vários fragmentos de sua história. Vamos descobrir como???



SEC. JUSTIÇA E DE SEGURANÇA
 Nº FL. 44
 RUD. 9
 CJM SPANOS

Exmº Sr. Dr. Juiz Auditor da 1ª Auditoria da 3ª
 Nesta Capital

*Flust. Ref. Aut. Distr. e a Conclusão
 dando um prazo de dez dias
 dada a complexidade e numero
 de acusado, de modo a informar na
 ou que já está respondendo processo
 P. H. de 24/12/70*

A Procuradoria da Justiça Militar, por
 seu representante legal, adiante firmado, no uso de suas atribui-
 ções legais, vem denunciar:

Foram seus filhos que acessaram a Lei e construíram um processo responsabilizando o Estado do RS pelas prisões e torturas sofridas por Fischer no período da ditadura. Para isso, anexaram uma série de documentos para comprovar as perseguições, prisões e torturas. Um desses documentos é um Inquérito que foi encaminhado à Justiça Militar.

61. JORGE FISCHER NUNES, brasileiro, casado, comerciante, natural de Pôrto Alegre, nascido a 15 de novembro de 1935, residente na Avenida Liberdade, nº 1935, em Viamão, neste Estado, (Vila - Santa Izabel), filho de Dorival Rodrigues Nunes e de D. Nair - Glória Fischer Nunes. Incorporou-se ao M3G, chefiado por EDMUR PÉRICLES DE CAMARGO, com a finalidade de subverter a ordem político-social, implantando o socialismo. Praticou atos típicos de guerra revolucionária e subversiva. Assaltou bancos e estabelecimentos de crédito, com fins atentatórios à Segurança Nacional. - Deixamos de denunciá-lo pelo Art 27 do Dec-lei nº 898/69, por já tê-lo sido feito no Processo nº 34/70.- Está incurso nos Art. - 14, 23 e 25 da Lei de Segurança Nacional.- (Dec-lei 898/69).- -

Quais as informações trazidas por este inquérito??? Quais teriam sido os crimes cometidos por Fischer segundo esse documento??? Qual o conteúdo dos artigos nos quais Nunes foi incurso??? Sobre o que fala a Lei de Segurança Nacional na qual foi enquadrado????

M3G (MARX, MAO, MARIGHELA e GUEVARA): é um grupo de subversivos reunidos em torno de EDMUR PÉRICLES DE CAMARGO. Foi, possivelmente, quem possibilitou e encorajou o desencadeamento de ações subversivas e de assaltos a estabelecimentos bancários no Rio Grande do Sul. Aos assaltos a bancos e estabelecimentos congêneres, denominou de "EXPROPRIAÇÃO". Tal grupo subversivo, com a VPR e alguns aliados, assaltou e roubou os seguintes estabelecimentos: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na rua José do Patrocínio, SUL-BANCO no Bairro Petrópolis, UNIÃO DE BANCOS em Cachoeirinha, BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL no Bairro Tristeza e BANCO DO BRASIL, em Viamão. Premeditou e planejou assaltos aos BANCO DO BRASIL em Caxias do Sul, assim como BANCO DO BRASIL de Estância Velha. Pretendia ainda, o grupo, uma ação contra o escritório da TEXACO S. A. em Canoas, onde roubavam alta soma em dinheiro.

Você já conhecia esse Grupo chamado M3G??? Você sabe quem são as pessoas referidas no nome desse grupo??? Imagina por que foram escolhidos esses nomes como forma de denominar um grupo de oposição à ditadura??? O que era ser um subversivo??? Será que era dessa forma que Fischer e seus companheiros se reconheciam???

AFRÂNIO FRANCISCO COSTA, ✓
 ANTÔNIO CONSTÂNCIO DE SOUZA, ✓
 ANTÔNIO DE PÁDUA PRADO JUNIOR, ✓
 ATANÁSIO ORTH, ✓
 ANTÔNIO OSMAR CARVALHO DE ASSIS, ✓
 ANTÔNIO LUIZ DE CARVALHO, ✓
 CALINO FERREIRA PACHECO FILHO, ✓
 CLAUDIO BOEIRA GARCIA, ✓
 CLAUDIO MENEGUZ, ✓
 DARIO VIANA DOS REIS, ✓
 EMUR PÉRICLES DE CAMARGO, ✓
 FELIX SILVIRE ROSA NETO, ✓
 FRANCISCO MARTINEZ TORRES, ✓
 GUSTAVO BUARQUE SCHILLER, ✓
 JOÃO BATISTA RITA, ✓
 JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO, ✓
 LUIZ ANDRÉA FÁVERO, ✓
 MAETH DOMINGOS BOFF, ✓
 PAULO DE TARSO CARNEIRO, ✓
 RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, ✓
 VERA LIGIA HUERBA NETO, ✓
 ATHAYDE DA SILVA TEIXEIRA, ✓
 DJALMA ALVES DE OLIVEIRA, ✓
 JORGE FISCHER NUNES, ✓
 MIGUEL MARQUES, ✓
 PAULO ROBERTO TELLES FRANCK, ✓
 VERA MARIA IDIART, ✓

Outros nomes foram apontados pelo mesmo inquirido que indiciou Nunes. Poderíamos nos perguntar agora de que forma esse documento produzido pela repressão pode dialogar com o assunto dessa proposta??? Que noção de memória, de verdade e de justiça ele traz em seu conteúdo??? Existem outras noções de memória, de verdade e de justiça que não as expressas nele? Quais são elas???? Para comprovar as perseguições sofridas por ele, seus filhos anexaram essa documentação, que de, certa forma, reflete o que foi verdade e justiça para a ditadura.

Para isso, trazemos aqui uma segunda parte desse documento: os registros deixados pela companheira de Fischer.

Por que será que mesmo aceito o primeiro pedido de indenização feito pelos filhos, a companheira de Fischer decidiu deixar registrada a sua fala sobre a trajetória desse ex-presos???

No entanto, temos a intenção de discutir com você, outra noção de memória, de verdade e de justiça. Queremos propor uma reflexão acerca do direito que os perseguidos, os presos e assassinados durante a ditadura, possuem de ter suas memórias, verdades e justiça garantidas.

2º Vez
 1º - DEFENSOR (filhos)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
 PROTOCOLO N. 154
 RECEBIDO EM 01/07/88
 ASS. WATSON
 DIRETORIA GERAL - RJM

SPI

006938 - 12.00
 835 - 88 9

DATA: 28AGO 1998

SPI 4938-1200/98-9
 Origem : POA
 Nome : JORGE FISCHER NUNES
 Assunto : 0994 - INDENIZACAO
 ANTEC POLITICOS - ANTECEDENTES POLITI

Minha vida com Jorge Fischer Nunes

Quando conheci Jorge Fischer Nunes, em outubro de 1981, em Santa Cruz do Sul, senti, desde o 1º instante, que não seria um simples conhecido: Em março de 1982 já estávamos morando juntos, em Porto Alegre, com meus 3 filhos menores.

Nos 5 anos em que juntos vivemos, de 1982 a 1987, tentei entender sua alma atormentada, sua eterna ansia por igualdade e justiça social. Foi um longo aprendizado, onde descobri as tantas faces deste período da História que nos machucou a todos, direta ou indiretamente. E as sequelas das torturas ainda doem em nossos peitos, os sobreviventes. Seus filhos, oito ao todo, merecem este resgate, merecem esta reparação. Conforme falou sua filha Glauciara, há poucos dias, ... " Eu e meus irmãos sentimos como se fôssemos peças de um quebra-cabeça, e é como se algumas peças estivessem faltando, foi-nos roubado o convívio com nosso pai, faltou-nos o braço amigo, a segurança... Ficamos soltos na vida, entregues à nossa própria sorte... E, aos poucos, estamos voltando a nos procurar, querendo nos descobrir para, quem sabe, tentar unir tantos elos perdidos..."

Também meus três filhos, indiretamente, foram sacudidos em suas vidas pa-
catas em Santa Cruz do Sul para viver a loucura que foi, para eles, a correria
de Porto Alegre, num bairro como São Geraldo, Av.Pres.Roosevelt, esquina Farra
poa, marginais, assaltos, com medo de sair à rua. Em dezembro de 82 voltaram
para S.Cruz, indo morar com a avó materna.

Mudamo-nos para S.Cruz em junho de 1983, reunimos a família novamente.
Tentamos trazer seu filho menor, Márcio, para viver junto conosco, mas os qua-
tre menores brigavam muito.

Mudamo-nos em novembro/84 para um Bairro em Santa Cruz, Rua Lúcia Hoppe,
Bairro Arroio Grande, e as gêmeas foram morar novamente com a avó, não quise-
ram ir conosco. Então, até o dia de seu falecimento, ficamos morando os três
juntos: Jorge, eu e meu filho César. Após a morte de Jorge, em 05.06.87, reu-
ni a família, voltamos a morar no centre, mas as gêmeas, ainda hoje, passados
11 anos, ainda não esqueceram os cinco anos tumultuados que passaram.

Por todos estes motivos é que senti a necessidade de resgatar a memória
de Jorge junto a seus filhos e tantos netos que não chegou a conhecer e junto
a meus filhos que, pouco a pouco, começam a entender que a vida não é sempre
aquilo que idealizamos e sim o que se apresenta, no momento, e aquela foi a vi-
da que se apresentou, a nós todos, e a experiência que tivemos fez-nos mais ma-
duros, talvez mais amargos, mas não menos esperançosos.

Mesmo com todas as seqüelas dos tempos passados nas diversas prisões e o
seu temperamento intempestivo, por vezes irascível, Jorge nunca perdeu a ternu-
ra. De uma sensibilidade extrema, condofa-se com todas as formas de opressão,
magoava-se com coisas que, aos olhos de outros, poderiam passar despercebidas.

Foi um artista: escritor, poeta, compositor, revolucionário, um Homem.
E nós jamais o esqueceremos.

Em quais
passagens do
texto você
identifica
esse "dever
de
memória"???

6. NOME E ENDEREÇO DE TESTEMUNHAS

1. Djalma Mendes, companheiro de cel [redacted] ani/POA)
2. Lauro Hagemann, vereador: Câmara de Vereadores, POA
3. Hilário Pinha, companheiro: Porto Alegre
4. João Aveline, companheiro: colega de redação da Zero Hora, POA
5. Indio Vargas, companheiro de cela: Porto Alegre
6. Dr.Carlos Alberto Peterson, médico em Santa Cruz do Sul (Médico que e atendia
7. Elói Martins, companheiro de cela: Porto Alegre
8. Antonio Losada, compa [redacted] 51-POA
9. João Batista Costa, compa [redacted] on- POA
10. José Angeli, compa [redacted] 4573, Curitiba, PR
11. Irgeu Menegon, companheiro, proprietário da Proletra, onde foi editado o livro
de Jorge, em [redacted] 3, POA
12. Glauco Fischer [redacted] di, POA
13. Glauciana Fischer Nunes, [redacted] /528, POA
14. Maria Helena Palombini Grehs, companheira, de 1982 a 1987, tendo residido:

De subversivo
para a ditadura,
Fischer é
transformado
em um escritor,
poeta,
compositor,
revolucionário
pelas palavras
de Maria
Helena, em
relato de "dever
de memória".

Essa foi a lista
de testemunhas
apresentadas por Maria
Helena. Muitas dessa
pessoas estiveram presas
com Nunes. Você identifica
um nome já citado no texto
de introdução da
temática???

O riso de um torturado

Transformar as sequelas da tortura em algo leve e engraçado não parece uma atitude muito fácil. Mas Jorge Fischer Nunes conseguiu isso. Em seu livro, "O Riso dos Torturados", este gaúcho de 52 anos, que já foi dinamizador de minas e apresentador de luta-livre, transformou suas duras experiências nas prisões políticas em uma leitura de fácil digestão.

"O Riso dos Torturados" trata da luta armada no Rio Grande do Sul, com detalhes de humor, hoje incorporados ao folclore político do Rio Grande. No livro, Fischer denuncia vários participan-

tes de torturas e alguns políticos gaúchos inclusive da oposição. "A Codecri tinha pedido para editar o livro, mas quando o Glauco Oliveira leu o capítulo "Socialização dos Repolhos", onde eu denunciava o atual líder do PDT gaúcho, Carlos Araújo, um oportunista, desistiu da idéia" — conta ele.

Mas Jorge Fischer não para por aí. Em junho estará lançando um novo livro: "O Centauro ao Quadrado". "O Riso dos Torturados" pode ser encontrado nas livrarias Catarinense. Aqui, reproduzimos, um dos contos de Fischer:

SEC. JUSTIÇA E SEGURANÇA
N.º FL. 105
RUBRICA

Fui visitar o Catarina. Bunda-de-Senhora o havia castigado com 48 horas de solitária. Gritei pela pequena fresta da porta:
— Ei, camarada, como está?
— Seus olhos amarelos e sorridentes surgiram na fenda horizontal:
— Tudo bem comigo. E o Paulista? Foi castigado também?
— Não. Por uma crise de generosidade do Bunda, o Paulista escapou.
— Tudo aconteceu quando o Bunda-de-Senhora surgiu furibundo na cadeia a dentro:
— Quem é o chefe da Comissão Coordenadora esta semana?
— Eu — disse o Paulista, apresentando-se.
— Pois então fique sabendo de uma coisa. O Catarina vai ficar quarenta e oito horas na solitária. E depois dizem que eu vivo perseguindo vocês, né? Então isto é coisa que se faça?
— Mas eu não estou sabendo de nada — respondeu Paulista. — O que foi que aconteceu?
— Bem, o Catarina passou por mim e perguntou: "Que horas são?". Eu não sou torre de igreja prá ficar aí dando as horas, mas em todo caso respondi: "Dez e dez". E o Catarina: "Quando for dez e vinte, quer fazer o favor de ir à merda?". E saiu correndo, senão eu dava uma bolacha nele, prá aprender a respeitar. Quarenta e oito horas de solitária. O que é que você acha?
— Bem — disse o Paulista, consultando o relógio. — São dez e dezoito. Acho que é bom o senhor se apressar, se não quiser chegar atrasado.

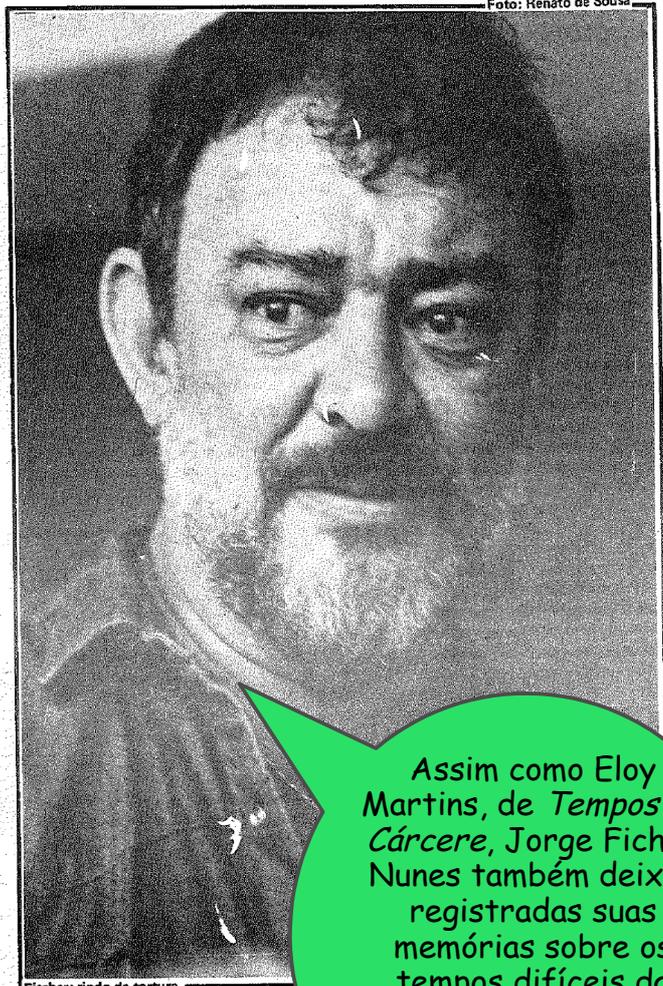
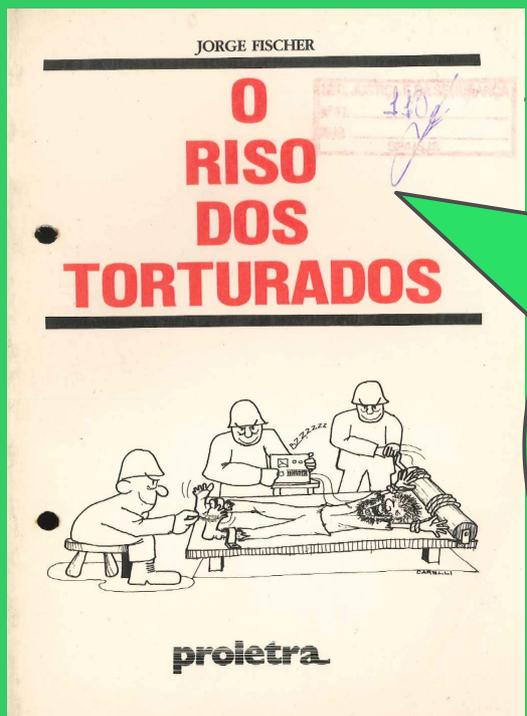


Foto: Renato de Sousa

Fischer: rindo da tortura.

Assim como Eloy Martins, de *Tempos de Cárcere*, Jorge Fischer Nunes também deixou registradas suas memórias sobre os tempos difíceis da ditadura. Ao lado a capa de seu livro: *O Riso dos Torturados*.



Em uma pequena seleção de tudo que Fischer relatou e sobre tudo o que escreveu, poderemos refletir um pouco mais sobre a necessidade que todos temos de construirmos memória, de reivindicarmos saber da verdade e de lutarmos por justiça. Suas memórias não são as mesmas do Inquérito que ajudou na comprovação de sua prisão, também não são as memórias da companheira Maria Helena que o conheceu em período posterior às prisões e torturas. Suas memórias falam da repressão que sentiu na própria pele.

APRESENTAÇÃO

Sempre tive uma grande preocupação em relação às memórias dos companheiros de luta. Li alguns livros excelentes, como "Guerra é Guerra, dizia o Torturador" (Indio Vargas, ed. Codecri) e "Tempo de Cárcere" (Eloi Martins, ed. Movimento). Mas são duas honrosas exceções. A maioria dos outros que me passaram pelas mãos limita-se a descrever as memórias pessoais do autor — algo como um legado que o memorialista deixa aos netos para poder mais tarde dizer, do alto de uma cadeira de balanço: "Viram? O vovô já foi um revolucionário!". Talvez nem isto — mas, ao menos, um guerrilheiro.

Outros fornecem uma visão unilateral, restringem-se às impressões que o narrador extraiu dos fatos sem maiores preocupações com a análise crítica. Denunciam torturadores. É importante denunciar torturadores e delatar delatores. Nomes como os do major Átila Roszester (ou seja lá como for que se o escreva), o investigador Cardosinho, o comissário Nilo Havelha, os majores Maleães e Cabral (do DOI-CODI ou OBAN, nunca se conseguiu apurar), o delegado Marco Aurélio, o delator Paulo Artur (o sinistro "inspetor Eduardo" que terminou por torturar seus companheiros presos no DOPS) devem ser arrancados do esgoto e trazidos ao sol, lançados à execução pública, para que todos vejam como um sistema repressor pode degenerar um homem a ponto de transformá-lo em monstro.

Mas deve-se guardar na retentiva que o algoz de agora é um culpado menor, quase uma vítima do sistema que o desumaniza e fá-lo ganhar o pão com o suor e o sangue do rosto alheio. Atrás de todo monstro há sempre o sistema que o gerou.

Cardosinho. Que figura mais triste, mais miserável, mais indigente que a do investigador Cardosinho, um dos mais temidos torturadores de presos políticos no DOPS de Porto Alegre? Tirem-lhe, no entanto, o revólver, o cassetete, o rutilante anti-símbolo e as insígnias de autoridade, e restará somente o pobre diabo, o mulato ébrio que o sistema recolheu em uma vila qualquer para pô-lo ao seu serviço, tor-

Essa é a apresentação do livro de Fischer Nunes, que foi anexado na íntegra ao processo. Em uma primeira leitura, o que mais chamou a sua atenção??? Quem são as pessoas cujos nomes foram citados nessa página??? Por que Nunes fez questão de mencioná-los???

Você já ouviu falar em DOI-CODI???? OBAN??? DOPS???? O que querem dizer essas siglas??? São nome de instituições??? O que ocorreu dentro delas no período da ditadura???

O autor do livro realiza algumas reflexões sobre aquilo que considera importante ser escrito em um livro de memória. Você conseguiria identificar quais foram as considerações feitas por ele???

Além do DOPS, Fischer Nunes passou por vários outros locais de prisão. No decorrer de suas lembranças, relata uma série de episódios vividos nesses lugares.

Parece mais que denunciar torturadores, fato que Nunes julgou muito importante, o autor propôs uma série de análises. Uma delas iniciou na página anterior até esta página. De qual análise estamos falando???

Estar preocupado com essas questões nos anos 80, lembra um pouco o homem descrito por Maria Helena??? Por que Fischer sentiu necessidade de revisitar o passado por meio de uma análise crítica da luta armada??? Ele fez a ligação entre essa necessidade e o tempo presente???

turando homens que poderiam ser seus irmãos, seus companheiros de trabalho, de infortúnio. Se não fosse torturador, Cardosinho seria servente de pedreiro. Quando torturava um operário, estava torturando a si mesmo.

Um cavalo de tração é educado para puxar a carroça, levar o condutor a determinado fim. Tem apenas a intuição de que, se não fizer isto, não ganhará a ração de alfafa e milho. Como exigir dele que tenha uma consciência maior? É quase impossível, principalmente quando outras pessoas dependem daquela ração e quando as "autoridades superiores" dão-lhe brilhantes justificativas como preservação da ordem e defesa da democracia. Não importa que ele não pergunte a que tipo de ordem deve defender, não importa que ele não saiba o que é democracia, não tenha consciência de que essa democracia nunca o defendeu nem o defenderá, não saiba que se trata de uma democracia específica, isto é, burguesa. Importa apenas que ele ganhe um pão e tenha justificativas. Até mesmo um ladrão de galinhas precisa de justificativas.

Os cardosinhos não são mais do que isso: cavalos de tração do sistema. Liqüide-se a este, e aqueles, de um ou de outro modo, desaparecerão.

Denunciar é importante. Mas sempre julguei que seria muito mais importante, além da história e da cronologia, analisar as condições que deram origem à deflagração da luta armada, fazer o balanço crítico dos resultados positivos e negativos e, o que tem muita importância, detectar as tendências que se manifestaram no processo de luta e, mesmo, na própria prisão, posto que, hoje, muitas se manifestam na prática política; algumas, com propostas honestas — outras, elvadas da mesma visão elitista, do mesmo oportunismo que as caracterizou anteriormente.

Tenho ouvido muitas opiniões a respeito daquele curto e tumultuado período de absconsa historicidade. Muitos companheiros falam da derrota que sofremos — alguns confundem a batalha com a guerra, como o torturador de Índio Vargas — e a atribuem à nossa precipitação, à falta de condições para levar avante o movimento armado e alcançar a vitória. Explicar isto é explicar o óbvio. Caius Marius foi um dos mais sanguinários generais da República romana. Deixou-nos, contudo, uma célebre frase: "É necessário que eu perca; não é necessário que eu vença". Séculos mais tarde, aprofundando o pensamento de Marius, Marx diria — com outras palavras e com muito mais brilhantismo, é claro — quase a mesma coisa, ao comen-

tar os resultados da insurreição da Comuna de Paris. Uma batalha perdida para o proletariado — mas uma batalha que ele precisava travar.

Aquele que não extrai lições dos seus próprios erros está condenado a repeti-los. E, muitas vezes, é necessário que se erre para extrair conclusões. Para Miguel Marques, o "livreiro do povo", esses erros ajudaram de tal forma a acirrar contradições que, de um ou de outro modo, contribuíram para formar lideranças populares mais esclarecidas, mais amadurecidas — e, por conseguinte, concorreram para empurrar a classe dominante para o capítulo da abertura-conceição (que, se abriu, ninguém sabe, ninguém viu); e que, bem ou mal, abriram espaço a uma classe política marginalizada. Um espaço bem limitado.

Companheiros como Adão Fedato, Paulo Brião, Djalma, Nilton do PTBar, Armando — um dos heróicos condutores da "guerra de Cachoeirinha" — e outros, sempre me cobraram isto: de que adiantava eu falar que estava faltando um livro de memórias com tais e tais características, se não estava disposto a fazê-lo? Havia, contudo, um obstáculo.

Geir Campos aconselha, prudentemente: "Não mostres ao inimigo o calcanhar do parceiro: ele traz armas consigo e tem o tiro certeiro". É possível. Creio, contudo, que não basta denunciar apenas os crimes da repressão. É preciso também denunciar os nossos próprios erros. A crítica e a autocrítica devem, no entanto, ser exercidas no âmbito restrito da organização. Mas quando são negadas as condições de crítica, não creio que a melhor atitude seja a de passar uma esponja sobre o passado. Os erros devem vir à tona. E creio com firmeza que são exatamente os comunistas que menos devem temer a luz. E nem sempre os calcanhares expostos são de parceiros — e, não sendo de parceiros, não terão esses, necessariamente, os mesmos inimigos.

De qualquer modo, pressionado pelas opiniões dos companheiros, decidi-me a torturar a memória e a máquina semiportátil, tentando produzir um memorial crítico.

Foi quando ocorreu o "racha" em minha cabeça, determinando a necessidade de escrever dois livros. Possuo, infelizmente, uma memória que retém em primeiro lugar o lado cômico ou terno das coisas. O analítico vem em segundo lugar. Mas rir fol, também, um modo heróico que os companheiros encontraram de responder à

brutalidade da repressão. Este o motivo pelo qual produzi, primeiro, "O Riso dos Torturados". O balanço crítico que devo aos meus companheiros virá depois, em "O Pranto dos Torturados".

Porto Alegre, 20. julho/10. agosto, 1982.

Jorge Fischer.

Qual a justificativa que o autor utiliza para falar da importância do reconhecimento dos erros???
Abertura-Conceição??? O que é isso???
Que, se abriu, ninguém sabe, ninguém viu, lembra você de algum episódio histórico???

E embora o autor tenha falado muito da necessidade de crítica e de autocrítica, nesse livro, embora elas também façam parte, privilegiou o riso em meio ao choro.

Torturar a memória. O que você pensou ao ler essa expressão??? Como é para você lembrar momentos difíceis de sua vida??? Será que ocorreu o mesmo com Fischer??? Será que foi fácil para ele lembrar de um tempo em que passou por prisões e torturas??? Tempo no qual companheiros foram assassinados??? E no qual companheiros desapareceram???

AS NEFANDAS E “SUBVERSIVOSAS” CHARGES

Logo que chegamos à ilha, um desânimo pareceu abater-se sobre a maioria. Estávamos numa santa helena, e nem éramos napoleões. A ilha parecia árida, distante, insalubre. Não tinham ainda instalado luz, a água vinha de uma cisterna, o chão era de cimento. Choveu muito nos primeiros dias, a chuva infiltrava-se pelas janelas e alagava o chão. Fecharam-nos numa grande cela e ali, no cimento, no chão alagado, parecíamos ratos abandonados no porão de um navio que naufragava rapidamente.

A maior parte dos companheiros era constituída de jovens militantes de extração pequeno-burguesa. Tinham rompido ideologicamente com a classe a que pertenciam, colocando-se ao lado do proletariado. Mas os confortos e comodidades de classe, os hábitos, não são arrancados assim, de uma hora para outra. Estavam fazendo a sua estréia como “cadeiros”. Era natural, portanto, que se sentissem deprimidos, acabrunhados.

Desde o início os militantes mais velhos sentiram que era preciso fazer algo para levantar o moral. Edmur tentou estabelecer o debate político. Ataíde aproveitou um cesto de plástico, improvisou um tamborim e, com o auxílio de outros, organizou o que pomposamente chamávamos de “o maior espetáculo musical da ilha”. Giudicce cantava e contava piadas.

Uma semana depois abriram as portas e nos franquearam todo o cadeião. Instalaram luz, colocaram estrados de madeira sobre o chão de cimento. De qualquer modo, era preciso dar prosseguimento à tarefa de incentivar os companheiros, não permitir que a tristeza se instalasse em cada coração como um fardo de flores mortas. Já em nossas novas “instalações”, descobri um pedaço retangular de eucatex. Improvisei um mural.

Sempre fui péssimo desenhista e pior poeta. Mas isto não me impede de cometer os mais bárbaros atentados contra as musas e os

90

Essa foi uma passagem do livro no qual Fischer lembrou os tempos em que esteve preso na Ilha do Presídio.

Na prisão, depois de terem passado por inúmeras sessões de tortura, encontramos nessa passagem do livro, um pouco de riso.

Jorge na apresentação de seu livro explicou que apesar de tudo, teve a tendência de reter o lado cômico ou terno das coisas. Por esse motivo, selecionamos essa passagem que pareceu nos remeter a ele. Vamos entrar em contato com desenhos feitos por Fischer no momento em que esteve preso na Ilha.

discípulos de Da Vinci. Sou incorrigível. E — como diz Indio Vargas no seu livro “Guerra é Guerra, Dizia o Torturador” — arvorei-me arbitrariamente em “chargista implacável da cadeia”. Das charges e versos que produzi, guardo apenas uma mostra insignificante. A maior parte foi apreendida por Cantuária, que as levava ao major Átila, para fazê-lo compreender que eu era “subversivoso” inveterado e merecia ser banido para as prisões que, nos quartéis, o Exército mantinha, e nas quais o preso permanecia completamente isolado do mundo. Durante certo tempo, algumas unidades militares converteram-se nisso: infames enxovias onde o prisioneiro político recebia os mais duros tratamentos. Convertiam, assim, a jovem oficialidade numa indigna corporação de carcereiros. A bem da verdade, deve-se dizer que, se a alguns oficiais repugnava o papel que lhes era imposto, outros cumpriam à perfeição a nova função de carrascos.

Estas charges e versos, aliados a outras atitudes que tomei na ilha, valeram a minha “deportação” para prisões militares. A título de curiosidade, e para que se possa avaliar as dimensões ridículas do zelo oficial ante coisas tão insignificantes, reproduzo alguma coisa do que coloquei no mural.

Organizei as charges, dísticos e quadrinhas em forma de jornal, a que dei o nome de “É uma Briza, Moura” (assim mesmo, com “Z”, fazendo trocadilho com a frase de Roberto Carlos e da Jovem Guarda — “é uma brasa, mora!” — em homenagem a Leonel de Moura Brizola). Não sei se Brizola se sentiria muito honrado com tal homenagem. Mas, na época, pareceu-me uma forma bem-humorada de manter vivo o espírito oposicionista através do riso.

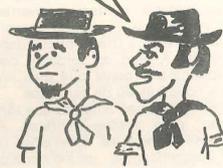
Com o tempo, cheguei ao requinte de conseguir montar alguns títulos do “jornal” com letreset. Foram, ao todo, 37 “exemplares” de “É Uma Briza, Moura!”. Já não lembro das charges, versos, quadrinhas e piadas. Talvez um dia o major Átila possa refrescar-me a memória, pois, ao que tudo indica, foi ele o mais fiel e assíduo leitor do meu “jornalzinho”.

O que aconteceu com Fischer por conta dos desenhos que fez na Ilha do Presídio??? Por que foi transferido para outros locais???

Vamos conhecer alguns de seus desenhos???

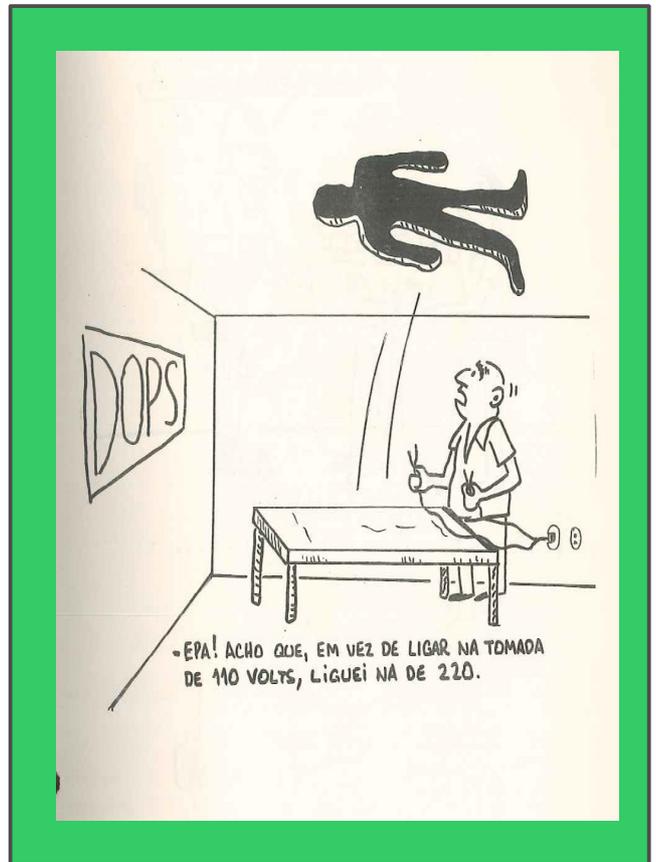
Da forma como Fischer escreveu, parece que a produção de desenho foi grande. Parece que pretendeu homenagear uma pessoa muito relevante para aqueles que resistiram à ditadura. Quem foi essa pessoa?? De que forma se deu a homenagem?? Onde foram parar os desenhos de Nunes??? Por que ele diz que o Major Átila poderia refrescar sua memória??? Por que não recuperou seus desenhos quando saiu da prisão???

(SIM, EU SEI: DO RIO GRANDE DO SUL SAÍRAM OS GRANDES GENERAIS...)



... MAS DE QUE ADIANTOU SAIR, SE TERMINARAM VOLTANDO??





HOMENAGEM FINAL

A Edmur e Ritter, assassinados na Argentina; ao motorista Ângelo e ao chacareiro de Dario, mortos no DOPS.

Ao "Buchanchão", o "Bode", o "Minhoca", o "Careca", "Ligeirinho", Djalma, Eloi Martins, "seu" Mário, Fradinho, Camilo, Sílvio, Raul, Louzadinha, Carmem, Verinha, Martinha, Carlos Chagas, Flavinho, irmãos Frank, Dario, J.A.V., "Papa Doc", Radtke, irmãos Sobroza, Coco, Vanoli, Isko, Ilgo, ao irreverente e questionador companheiro Adão Fedato, cujos questionamentos e irreverência são como um sopro nas brasas, ajudando a manter viva a consciência revolucionária — aos companheiros Anélio, Nogueirão, Paulinho, Guarani, Agapito, Malta, Laerte — a todos, enfim, que, de um modo ou de outro, contribuem para manter aceso o debate.

Ao Nilton, do PTBar, sem cujo auxílio não me teria sido possível editar este livro.

202

No final do livro, Fischer homenageia alguns "companheiros", como ele mesmo chamou. Fischer Nunes foi preso nos anos 60 e 70. O livro foi publicado em 1982. Ele morreu em 1987. A Lei que reconheceu as responsabilidades do Estado do Rio Grande do Sul pelas prisões e torturas aos presos políticos foi aprovada em 1997. Os filhos de Jorge foram indenizados em 1998 pelos danos sofridos pelo pai. Até agora nenhum torturador foi responsabilizado e Edmur continua desaparecido. Qual a relação dessas informações com o direito à memória, à verdade e à justiça para Fischer, seus familiares e sua companheira Maria Helena???

Atividade 1 - Jogo das Memórias

Nada melhor que jogar um jogo da memória para continuarmos a conversa a respeito da memória, da verdade e da justiça. Neste jogo, vocês encontrarão várias imagens que nos remetem ao período iniciado pelo Golpe de 1964. A intenção é que identifiquem os pares de imagem ao mesmo tempo em que revisitem os longos 21 anos da ditadura civil-militar.

Atividade 2 - O Direito à Memória, à Verdade e à Justiça: o que Fischer Nunes tem a ver com isso?

(...) Só conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o país saberá construir instrumentos eficazes para garantir que semelhantes violações dos DH não se repitam nunca mais. O saldo da repressão política exercida pelo regime atingia cifras muito elevadas. Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura, ao passo que em torno de 10 mil cidadãos teriam vivido no exílio em algum momento do longo ciclo. Ao pesquisar os dados constantes de 707 processos políticos formados pela Justiça militar entre 1964 e 1979, o Projeto Brasil Nunca Mais contou 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos na fase de inquérito. Houve quatro condenações à pena de morte não consumadas; 130 pessoas foram banidas do país; 4.862 tiveram cassados os seus mandatos e direitos políticos; 6.592 militares foram punidos e pelo menos 245 estudantes foram expulsos da universidade. Ao final dos trabalhos a CEMDP, identificou mais de três centenas de casos de desaparecidos e de mortos em decorrência da repressão.

Saber sempre mais sobre diferenças e repetições quando se tratam de violações aos Direitos Humanos é no mínimo virtuosos e pedagógico para a democracia, além de, no caso do Brasil, dar um passo a mais na construção de uma comunidade comprometida com os valores supremos de defesa e dignidade e do comprometimento dos sistemas políticos e econômicos com a pessoa humana.

(Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos)

Agora chegou o momento de escrever. A partir das informações levantadas acima, das imagens conhecidas no Jogo das Memórias, do texto didático e do processo de Fischer Nunes, sua tarefa é elaborar uma redação sobre o direito à memória, à verdade e à justiça e aquilo que conhecemos de Jorge Fischer Nunes.



Ato Institucional Nº 1



Anos de Chumbo



Banimento

Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça



Brizola – Volta do Exílio



Censura no cinema

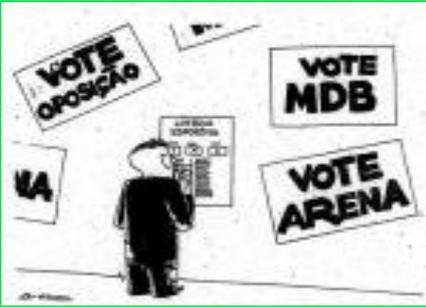


Ato Institucional Nº 5

Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça



Bipartidarismo

Memória
Verdade
Justiça



Ato Institucional N°2

Memória
Verdade
Justiça



Censura

Memória
Verdade
Justiça



Anúncio AI-1 pela rádio

Memória
Verdade
Justiça



Filme Em Teu Nome

Memória
Verdade
Justiça



Brizola - Exílio Uruguai

Memória
Verdade
Justiça



Memória, verdade e Justiça

Memória
Verdade
Justiça



Charge Ziraldo

Memória
Verdade
Justiça



Charge Latuff

Memória
Verdade
Justiça



Conexões Repressivas

Memória
Verdade
Justiça



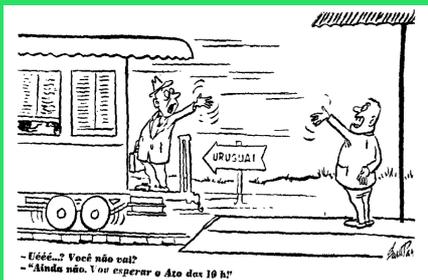
Ditador Costa e Silva

Memória
Verdade
Justiça



Constituição de 1967

Memória
Verdade
Justiça



Charge Exílio - Sampaolo

Memória
Verdade
Justiça



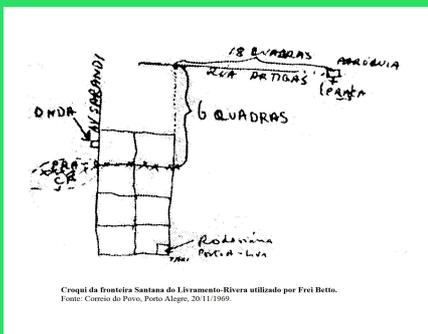
Tortura

Memória
Verdade
Justiça



Cônsul norte-americano

Memória
Verdade
Justiça



Croqui Esquema de Fronteira

Memória
Verdade
Justiça



Dia do Golpe

Memória
Verdade
Justiça



Doi-Codi São Paulo

Memória
Verdade
Justiça



— Eu só gritei: “Olha o DROPS!”

DOPS - Charge de Claudius

Memória
Verdade
Justiça



Edson Luís de Lima Souto

Memória
Verdade
Justiça



Fechamento da UNE

Memória
Verdade
Justiça



Marighella Filme Completo HD 2012

Filme Marighella

Memória
Verdade
Justiça



Abertura Política

Memória
Verdade
Justiça



Ditador Geisel

Memória
Verdade
Justiça



Lei da Anistia

Memória
Verdade
Justiça



Doutrina de Segurança Nacional

Memória
Verdade
Justiça



Passeata em defesa da Anistia

Memória
Verdade
Justiça



O Golpe e a Imprensa

Memória
Verdade
Justiça



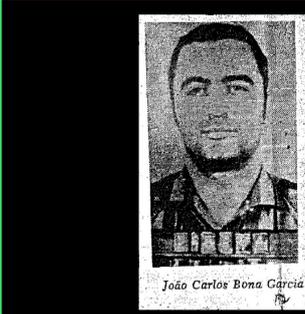
Guerra Fria

Memória
Verdade
Justiça



Greve ABC Paulista

Memória
Verdade
Justiça



Bona Garcia

Memória
Verdade
Justiça



Carlos Lamarca

Memória
Verdade
Justiça



Campanha da Legalidade

Memória
Verdade
Justiça



Os empresários e o Golpe

Memória
Verdade
Justiça



Pau-de-arara

Memória
Verdade
Justiça



Pinheiro Salles

Memória
Verdade
Justiça



Ditador Médici



Ditador Médici e o AI-5



Dia do Golpe

Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça

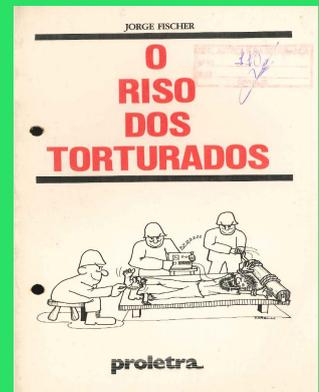
Memória
Verdade
Justiça



Posse do Ditador Castelo Branco



Jango e a Reforma Agrária



Livro de Jorge Fischer Nunes

Memória
Verdade
Justiça

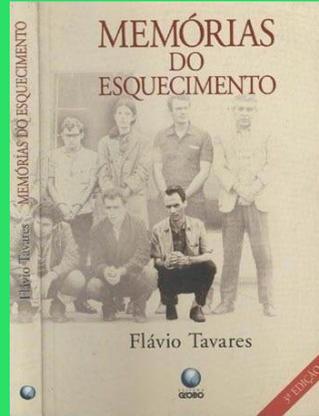
Memória
Verdade
Justiça

Memória
Verdade
Justiça



Reformas de Base

**Memória
Verdade
Justiça**



Livro de Flávio Tavares

**Memória
Verdade
Justiça**



Julgamento dos dominicanos

**Memória
Verdade
Justiça**



Vladimir Herzog

**Memória
Verdade
Justiça**



Livro de Eloy Martins

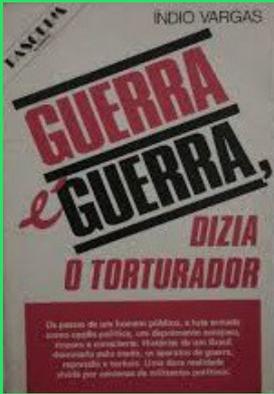
**Memória
Verdade
Justiça**



No filme O Bom Burguês (1970)

Filme O Bom Burguês

**Memória
Verdade
Justiça**



Livro de Índio Vargas

Memória
Verdade
Justiça



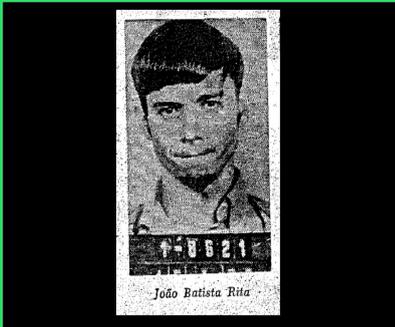
Reformas de Base

Memória
Verdade
Justiça



Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos

Memória
Verdade
Justiça



João Batista Rita

Memória
Verdade
Justiça



Comício das Reformas

Memória
Verdade
Justiça



Banimento

Memória
Verdade
Justiça

O Direito à Memória, à Verdade e à Justiça:
o que Fischer Nunes tem a ver com isso?

Referências

Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. 9ª Edição.

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>.

DIENSTMANN, Gabriel; GUAZZELLI, Dante; RODEGHERO, Carla. Não Calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

GORENDER, Jacob. Vombate nas Trevas. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição de 1988. Belo Horizonte, Inítia Via Editora, 2014 Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Meyer,%20Cattoni%20-%20Justi%C3%A7a%20de%20Transi%C3%A7%C3%A3o%5B2014%5D%20\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Meyer,%20Cattoni%20-%20Justi%C3%A7a%20de%20Transi%C3%A7%C3%A3o%5B2014%5D%20(2).pdf)

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? IN: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. Jogos e Ensino de História. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

PADRÓS; BARBOSA; LOPEZ; FERNADES. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009. Vol.2

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. IN: Anos 90. Porto Alegre, v.15. n.28, p.113-118, dez 2008.